



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de DOUTORAMENTO

Unidade curricular

INTRODUÇÃO AO DIREITO PRIVADO I e II

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde – 2 horas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

(-----)

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

1. Aprofundamento e especialização dos conhecimentos dos alunos sobre a formação, evolução, as características fundamentais e as tendências evolutivas mais recentes do Direito Privado contemporâneo.
2. Promover a compreensão do Direito Privado não como compartimento estanque do sistema jurídico mas enquanto vaso comunicante com o Direito Público, aberto, em especial, à incorporação dos valores constitucionais aplicáveis, nomeadamente, no tocante à proteção complementar da personalidade relativamente à tutela civil.
3. Incentivar o estudo do Direito Privado enquanto expressão da ideia de sistema, dotado de abertura e mobilidade, valorizando a concretização prática destas características.
4. Promover a investigação dos processos de harmonização/uniformização jurídica em curso no continente europeu e africano e no subcontinente sul-americano.

Conteúdos programáticos

1. Formação histórica e evolução do Direito Privado. Características e contributos essenciais; a dimensão prudencial e o contributo canónico

1. 1. As receções do Direito Romano. Glosadores e Comentadores. O Humanismo Jurídico

1. 2. O jusracionalismo. As codificações do século XVIII

1. 3. O movimento codificador oitocentista

1. 4. A evolução contemporânea. As principais codificações da Europa Continental no século XX

1. 5. Os processos hodiernos de descodificação do Direito Privado

1. 6. A fragmentação do Direito Privado

2. Direito Privado comum e Direitos Privados especiais. A dogmática contemporânea

2. 1. O “Direito das Pessoas” como ramo do Direito Privado comum? O modelo do Código Civil italiano de 1942. Delimitação do “Direito das Pessoas” face às outras divisões do Direito Civil

2. 2. A autonomia ou dependência sistemática do Direito do Consumo, do Direito de Autor, do Direito da Propriedade Industrial e do Direito da Concorrência. Divisões do Direito Civil ou ramos autónomos do Direito Privado?

2. 3. O “problema” da inserção sistemática do Direito do Trabalho



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3. Os valores fundamentais do Direito Privado. A liberdade e igualdade jurídicas

3. 1. A igualdade formal e material. Espaço de intervenção do princípio constitucional da igualdade

3. 2. A erupção dos vetores da autoridade e competência nas situações jurídicas privadas

3. 3. A interseção entre igualdade material e autoridade jurídica no âmbito do Direito Privado

4. As cláusulas gerais nucleares jus-privatísticas. A boa-fé e os bons costumes; significado dogmático e função

5. A “constitucionalização” do Direito Privado. A eficácia dos direitos fundamentais nas relações jurídico-privadas

6. Institutos jurídicos transversais ao Direito Público e Direito Privado. Contratos. Direitos de personalidade. Responsabilidade civil. Outros

7. O Direito Privado enquanto expressão da ideia de sistema

7. 1. Elementos nucleares do conceito de sistema. Unidade e ordem

7. 2. Sistema externo e interno

7. 3. A estruturação do Direito Privado segundo princípios gerais, conceitos ou institutos jurídicos

7. 4. Princípios gerais de Direito Privado (tese de Claus Canaris). Autodeterminação. Autoresponsabilidade. Proteção do tráfego. Proteção da confiança. Tutela da personalidade. Restituição do enriquecimento indevido

7. 5. Os institutos jurídicos de Direito Privado (tese de Menezes Cordeiro). Tutela da personalidade. Autonomia privada. Boa-fé. Imputação de danos. Tutela da propriedade

7. 6. Características do Direito Privado enquanto sistema. Abertura e mobilidade

A abertura do “sistema científico” e do “sistema objetivo”. Conexões

A mobilidade do sistema. A combinação dos elementos que concorrem para a determinação da consequência jurídica segundo critérios não hierárquicos e de mútua substituibilidade. Concretizações

8. Tendências evolutivas do Direito Privado Contemporâneo. Os processos de harmonização e uniformização do Direito Privado europeu, africano e sul-americano

8. 1. Princípios do Direito europeu dos contratos (The Lando Commission)

8. 2. Princípios, Definições e Regras Modelo de Direito Privado Europeu (Draft Common Frame of Reference (DCFR))

8. 3. Os princípios UNIDROIT relativos aos contratos de comércio internacional

8. 4. Princípios de Direito europeu da responsabilidade civil

8. 5. O Direito europeu das sociedades

8. 6. Os processos de harmonização e uniformização jurídica no continente africano, em especial, na África Ocidental e Central. A UEMOA e a OHADA



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

8. 7. Os processos de harmonização jurídica no âmbito do Mercosul

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos privilegiam:

1. A compreensão aperfeiçoada dos valores historicamente estruturantes do Direito Privado, baseado na igualdade e liberdade jurídicas, visando precisar o sentido atual com que devem valer e ser entendidos.
2. A valorização da interação entre a ordem jurídica privada e os princípios constitucionais que lhe são aplicáveis, em especial, no tocante à vigência dos direitos fundamentais nas situações jurídicas privatísticas, discutindo a sua eficácia direta ou mediada por cláusulas gerais, designadamente, a boa-fé e os bons costumes.
3. A investigação da dimensão transversal de elementos comuns ao Direito Privado e ao Direito Público.
4. O estudo das características fundamentais da abertura e mobilidade do Direito Privado enquanto sistema, dinamizado pelas suas concretizações práticas.
5. A investigação dos processos de harmonização e uniformização jurídica em curso nos continentes europeu e africano e no subcontinente sul-americano, valorizando a sua dimensão cultural.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas baseiam-se em exposições orais de carácter teórico-prático, feitas pelos alunos sobre os temas que escolherem, com a duração aproximada de 30 minutos. As apresentações orais dos temas devem ser apoiadas por um Sumário (Índice), que será distribuído por todos os participantes antes de se iniciar a exposição.

A seguir, será aberto um debate sobre o tema da exposição, o qual será dirigido pelo Professor.

As exposições devem ser previamente articuladas com o Professor, que facultará pistas e elementos de investigação, exigindo-se uma preparação sólida das intervenções orais.

A avaliação assenta nos seguintes elementos:

Participação nas aulas (50%);

Trabalho escrito (50%); este consistirá na análise de um ou mais temas relativos à matéria em questão

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As metodologias de ensino, baseadas na valorização das investigações pessoais dos alunos, orientadas pelo Professor, revelam-se adequadas para cumprir os objetivos da unidade curricular.

Bibliografia principal

ALEXANDRINO, JOSÉ DE MELO, *Direitos fundamentais. Introdução geral*, Principia, Estoril, 2007.

ALEXY, ROBERT, *Teoría de los derechos fundamentales*, Madrid, 1997.

ANDRADE, JOSÉ CARLOS VIEIRA DE, *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 3ª edição, Coimbra, Almedina, 2004.

ASCENSÃO, OLIVEIRA, *A dignidade da pessoa e o fundamento dos direitos humanos*, ROA, 2008, Ano 68, Volume I – Jan. 2008.

BYDLINSKI, FRANZ, *Bewegliches System und juristische Methodenlehre*, in *Das Bewegliche System im geltenden und künftigen Recht* (hrsg. Franz Bydlinski e outros), Wien, 1986.

CANARIS, CLAUS-WILHELM, *Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do Direito*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989 (Introdução e tradução portuguesa da 2ª edição alemã de 1983 por ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO).

Direitos fundamentais e direito privado (trad. Igno Wolfgang Sarlet, Paulo Mota Pinto), Coimbra, Almedina, 2003.

CANOTILHO, GOMES/MOREIRA, VITAL, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Volume I, 4ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

CANOTILHO, JOSÉ JOAQUIM GOMES, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7ª edição (4ª reimpressão), Coimbra, Almedina, 2007.

Dogmática de direitos fundamentais e direito privado, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Inocêncio Galvão Telles, Coimbra, 2003, Volume 5.

COING, HELMUT, *Grundzüge der Rechtsphilosophie*, Berlim, 1950.

CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, *Tratado de Direito Civil, II – Parte Geral (Negócio jurídico)*, 4ª edição, Almedina, 2014, *Tratado de Direito Civil Português, I – Introdução, Fontes do Direito, Interpretação da Lei, Aplicação das Leis no Tempo, Doutrina Geral*, Almedina, 2012, I – Parte Geral, 3ª edição, 2007, Tomo III, *Pessoas*, Almedina, 2007.

Do Direito Privado como Direito comum português, O Direito, Ano 137.º (2005), I, pp. 9-36.

Os direitos de personalidade na civilística portuguesa, ROA, 2001, Ano 61, Volume III – Dezembro, pp. 1229-1256.

A Boa-fé nos Finais do Século XX, ROA, Ano 56 (Dezembro), 1996, pp. 887-912.

Introdução a CLAUS-WILHELM CANARIS, *Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do Direito*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989.

Teoria geral do Direito Civil – Relatório, RFDUL (Separata), 1988.

Princípios gerais de Direito, Enciclopédia Polis 4 (1986).

Da boa-fé no Direito Civil, Volumes I e II, Coimbra, Almedina, 1984.

CUNHA, PAULO FERREIRA DA, *Desafio metodológico dos direitos da personalidade: categorias e conceitos – Nos 20 anos do Código das Sociedades Comerciais: homenagem aos Prof. Doutores A. Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier/Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora,

ENGISCH, KARL, *Introdução ao Pensamento Jurídico*, Fundação Calouste Gulbenkian, 10ª edição portuguesa (tradução da 8ª edição alemã de 1983 por João Batista Machado), Lisboa, 2008.

ERICHSEN, HANS-UWE, *Die Drittwirkung der Grundrechte*, Jura, 1996.

FINGER, JULIO CESAR, *Constituição e Direito Privado: algumas notas sobre a chamada constitucionalização do direito civil*, A Constituição concretizada – Construindo pontes entre o público e o privado (org. INGO WOLFGANG SARLET), Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2000.

FRADA, MANUEL A. CARNEIRO DA, *Teoria da Confiança e Responsabilidade Civil*, Coimbra, Almedina, 2007 (reimpressão).

Nos 40 anos do Código Civil Português – Tutela da personalidade e dano existencial, Themis, RFDUNL, 2008.

GILISSEN, JOHN, *Introdução Histórica ao Direito*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 5ª edição, 2007 (tradução portuguesa por A. M. Botelho Espanha e L. M. Macáista Malheiros).

GUICHARD, RAÚL, «*Desenvolvimento de um sistema móvel no Direito Civil*». (Apresentação da tradução), Direito e justiça, Volume XIV, Tomo 3, 2000.

GUIMARÃES, MARIA RAQUEL, *A compra e venda “transnacional” de bens de consumo. Algumas reflexões sobre as iminentes novidades legislativas* (Some reflections on the forthcoming European Diplomas on consumer sales of goods), Revista eletrónica de Direito – JUNHO 2013 – Nº 1.

HART, HERBERT, *O Conceito de Direito*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 5ª edição, 2007 (tradução portuguesa por A. Ribeiro Mendes).

HECK, PHILIPP, *Begriffsbildung und Interessenjurisprudenz*, Tübingen, 1932.

Das Problem der Rechtsgewinnung, 2ª edição, Tübingen, 1932.

Interpretação da lei e jurisprudência dos interesses (tradução portuguesa por José Osório. - Coimbra : Arménio Amado, editor, 1947).

LARENZ, KARL, *Metodologia da Ciência do Direito*, 6ª edição portuguesa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2012



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

(tradução da 6ª edição alemã, reformulada, de 1991, por José Lamego).

LANDO, OLE/BEALE, HUGH (orgs.), *Principles of European Contract Law, Parts I and II, prepared by the Commission on European Contract Law*, The Hague/Boston, Kluwer, 2000.

MACHADO, JOÃO BAPTISTA, *Tutela da confiança e "venire contra factum proprium"*, RLJ, Anos 117º – 118º (1984-1986).

MARQUES, JOSÉ DIAS, *Introdução ao Estudo do Direito*, 2ª edição, Lisboa, 1994.

MIRANDA, JORGE/MEDEIROS, RUI, *Constituição Portuguesa Anotada*, Coimbra, Coimbra Editora, 2010.

MIRANDA, JORGE, *Manual de Direito Constitucional*, Tomo IV – *Direitos Fundamentais*, 4ª edição, 2008.
Manual de Direito Constitucional, Tomo III – *Estrutura constitucional do Estado*, 5ª edição, Coimbra Editora, 2004.

A abertura constitucional a novos direitos fundamentais, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Manuel Gomes da Silva, Lisboa, 2001.

NEVES, ANTÓNIO CASTANHEIRA, *Digesta: escritos acerca do direito, do pensamento jurídico, da sua metodologia e outros*, Volumes I, II e III, Coimbra, Coimbra Editora, 1995-2008.

NEUNER, JÖRG, *A influência dos direitos fundamentais no Direito privado alemão*, in *Direitos Fundamentais e Direito Privado – Uma perspectiva de Direito Comparado* (organizadores: António Pinto Monteiro, Jörg Neuner e Ingo Wolfgang Sarlet), Coimbra, Almedina, 2007.

NIPPERDEY, HANS CARL, *Grundrecht e Privatrecht*, FS für Erich Molitor zum 75. Geburtstag, Munique, 1962.

OLIVEIRA, NUNO MANUEL PINTO DE, *O direito geral de personalidade e a "solução do dissentimento": Ensaio sobre um caso de "constitucionalização" do direito civil*, Coimbra, Coimbra Editora, 2002.

PINTO, CARLOS MOTA, *Teoria Geral do Direito Civil*, Coimbra Editora, 4ª edição (PINTO MONTEIRO/PAULO MOTA PINTO), 2005.

PINTO, PAULO MOTA, *A influência dos direitos fundamentais sobre o direito privado português*, in *Direitos Fundamentais e Direito Privado – Uma perspectiva de Direito Comparado* (organizadores: António Pinto Monteiro, Jörg Neuner e Ingo Wolfgang Sarlet), Coimbra, Almedina, 2007.

Notas sobre o direito ao livre desenvolvimento da personalidade e os direitos de personalidade no direito português, A Constituição concretizada – Construindo pontes entre o público e o privado (org. INGO WOLFGANG SARLET), Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2000.

O direito ao livre desenvolvimento da personalidade, BFD, 1999, Portugal – Brasil 2000, Coimbra Editora.

RAWLS, JOHN, *Uma Teoria da Justiça*, (tradução portuguesa por Carlos Pinto Correia), Lisboa, Presença, 1993

SARLET, INGO WOLFGANG, *Direitos fundamentais e Direito Privado: algumas considerações em torno da vinculação dos particulares aos direitos fundamentais – A Constituição concretizada – Construindo pontes entre o público e o privado* (org. INGO WOLFGANG SARLET), Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2000.

SILVA, VASCO PEREIRA DA, *A vinculação das entidades privadas pelos direitos, liberdades e garantias*, RDES, 1987.

SOUSA, MIGUEL TEIXEIRA DE, *Introdução ao Direito*, Coimbra, Almedina, 2012.

SOUSA, RABINDRANATH V. A. CAPELO DE, *O direito geral de personalidade*, Coimbra, Coimbra Editora, 1995.

TELES, MIGUEL GALVÃO, *Direitos absolutos e relativos*, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Joaquim Moreira Silva Cunha, FDUL, Coimbra Editora, 2005.

WIEACKER, FRANZ, *História do Direito Privado Moderno*, 3ª edição portuguesa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

1980 (tradução da 2ª edição alemã, revista, de 1967, por A. M. Botelho Espanha).

WILBURG, WALTER, *Entwicklung eines beweglichen Systems im bürgerlichen Recht*, Graz, 1950.

TEXTOS, COLETÂNEAS LEGAIS E PROJETOS ACADÉMICOS DE DIREITO A CONSTITUIR

OHADA – *Tratado, Regulamentos e Actos Uniformes*, M. Januário da Costa Gomes/Rui Ataíde, Almedina, Lisboa, 2008

Princípios de Direito Europeu da Responsabilidade Civil, <http://www.egtl.org>

Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a um direito europeu comum da compra e venda (Com (2011), 635 final), http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/mhb_MA_21196.pdf

Study Group on a European Civil Code/Research Group on EC Private Law (Acquis Group), orgs., *Draft Common Frame of Reference (DCFR)*, full edition (6 vols.) e outline edition, *Principles, Definitions and Model Rules of European Private Law*, Sellier, 2009, http://ec.europa.eu/justice/policies/civil/docs/dcfr_outline_edition_en.pdf

The Principles of European contract law,

[http://frontpage.cbs.dk/law/commission_on_european_contract_law/PECL%20engelsk/engelsk partI og II.htm](http://frontpage.cbs.dk/law/commission_on_european_contract_law/PECL%20engelsk/engelsk_partI og II.htm)

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular unit sheet

Course PhD

Curricular unit

INTRODUCTION TO PRIVATE LAW I and II

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde – 2 horas

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Learning outcomes of the curricular unit

1. Furthering of and specialization of students' knowledge about the origins, evolution, the fundamental characteristics of and the latest trends in contemporary evolutionary Private Law.
2. Promoting understanding of Private Law not as a closed system but while communicating branch with the Public Law, open, in particular, the incorporation of constitutional values applicable, in particular, as regards the supplementary protection of personality in relation to civil protection.
3. Encourage the study of Private Law as an expression of the idea of system with openness and mobility, enhancing the practical implementation of these features.
4. Promote research of legal harmonization and standardization processes ongoing in European and African continent and the South American subcontinent.

Syllabus

1. Historical formation and evolution of Private Law. Characteristics and key inputs. Prudential dimension and the canonical contribution
2. Common Private Law and Private Law Divisions. The contemporary theory.
3. The core values of Private Law. The freedom and legal equality.
4. The general nuclear clauses of Private Law. Good faith and Boni mores. Dogmatic meaning and function
5. The "constitutionalization" of Private Law. The effectiveness of fundamental rights in the legal-private relations
6. Legal institutions transverse to Public Law and Private Law. Contracts. Personality rights. Torts and strict liability. Others
7. The characteristics of Private Law as a system. Unity and order
8. Evolutionary trends in Contemporary Private Law. The processes of harmonization and unification of European,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

African and South American Private Law

8. 1. Principles of European contract law (The Lando Commission)
8. 2. Principles, Definitions and Model Rules of European Private Law (Draft Common Frame of Reference (DCFR))
8. 3. The UNIDROIT principles concerning international trade contracts
8. 4. Principles of European Law on civil liability
8. 5. European company law
8. 6. Processes of legal harmonization and standardization in Africa, especially in West and Central Africa. UEMOA and OHADA
8. 7. Processes of legal harmonization in Mercosur

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The syllabus privilege:

1. The improved understanding of the historical structuring values of Private Law, based on legal equality and freedom, seeks to specify the current direction that should stand and be understood.
2. Valuing interaction between private law and constitutional principles that apply in particular as regards the application of fundamental rights in the legal-private relations, discussing their direct effectiveness or mediated by general clauses, namely good faith and boni mores.
- 3.'s Research transverse dimension of common elements to the Private Law and Public Law.
4. The study of the fundamental characteristics of openness and mobility of Private Law as a system, spurred by their practical embodiments.
5. Investigating processes of legal harmonization and standardization in progress in Europe, Africa and the South American subcontinent, valuing their cultural dimension.

Teaching methodologies (including evaluation)

The classes are based on oral presentations of theoretical and practical character, made by students on the topics they choose, with an approximate duration of 30 minutes. Oral presentations of the topics should be supported by a summary (Index), which will be distributed to all participants before starting the exposure.

Then will open a debate on the theme of the exhibition, which will be directed by Professor.

The exhibits must be pre-coordinated with the Professor, which will provide clues and research elements, demanding a solid preparation of the presentation.

The assessment is based on the following elements:

- Class participation (50%);
- Written work (50%); this will be the analysis of one or more topics concerning to the matter in question

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The teaching methodologies, based on the valuation of the personal investigations of students, guided by the teacher, prove to be adequate to meet the objectives of the course.

Main Bibliography

ALEXANDRINO, JOSÉ DE MELO, *Direitos fundamentais. Introdução geral*, Principia, Estoril, 2007.

ALEXY, ROBERT, *Teoría de los derechos fundamentales*, Madrid, 1997.

ANDRADE, JOSÉ CARLOS VIEIRA DE, *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 3ª edição, Coimbra, Almedina, 2004.

ASCENSÃO, OLIVEIRA, *A dignidade da pessoa e o fundamento dos direitos humanos*, ROA, 2008, Ano 68, Volume I – Jan. 2008.

BYDLINSKI, FRANZ, *Bewegliches System und juristische Methodenlehre*, in *Das Bewegliche System im geltenden und künftigen Recht* (hrsg. Franz Bydlinski e outros), Wien, 1986.

CANARIS, CLAUD-WILHELM, *Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do Direito*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989 (Introdução e tradução portuguesa da 2ª edição alemã de 1983 por ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Direitos fundamentais e direito privado* (trad. Igno Wolfgang Sarlet, Paulo Mota Pinto), Coimbra, Almedina, 2003.
- CANOTILHO, GOMES/MOREIRA, VITAL, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Volume I, 4ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.
- CANOTILHO, JOSÉ JOAQUIM GOMES, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7ª edição (4ª reimpressão), Coimbra, Almedina, 2007.
- Dogmática de direitos fundamentais e direito privado*, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Inocêncio Galvão Telles, Coimbra, 2003, Volume 5.
- COING, HELMUT, *Grundzüge der Rechtsphilosophie*, Berlim, 1950.
- CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, *Tratado de Direito Civil, II – Parte Geral (Negócio jurídico)*, 4ª edição, Almedina, 2014, *Tratado de Direito Civil Português, I – Introdução, Fontes do Direito, Interpretação da Lei, Aplicação das Leis no Tempo, Doutrina Geral*, Almedina, 2012, I – Parte Geral, 3ª edição, 2007, Tomo III, *Pessoas*, Almedina, 2007.
- Do Direito Privado como Direito comum português*, O Direito, Ano 137.º (2005), I, pp. 9-36.
- Os direitos de personalidade na civilística portuguesa*, ROA, 2001, Ano 61, Volume III – Dezembro, pp. 1229-1256.
- A Boa-fé nos Finais do Século XX*, ROA, Ano 56 (Dezembro), 1996, pp. 887-912.
- Introdução** a CLAUS-WILHELM CANARIS, *Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do Direito*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989.
- Teoria geral do Direito Civil – Relatório*, RFDUL (Separata), 1988.
- Princípios gerais de Direito*, Enciclopédia Polis 4 (1986).
- Da boa-fé no Direito Civil*, Volumes I e II, Coimbra, Almedina, 1984.
- CUNHA, PAULO FERREIRA DA, *Desafio metodológico dos direitos da personalidade: categorias e conceitos – Nos 20 anos do Código das Sociedades Comerciais: homenagem aos Prof. Doutores A. Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier/Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora,
- ENGISCH, KARL, *Introdução ao Pensamento Jurídico*, Fundação Calouste Gulbenkian, 10ª edição portuguesa (tradução da 8ª edição alemã de 1983 por João Batista Machado), Lisboa, 2008.
- ERICHSEN, HANS-UWE, *Die Drittwirkung der Grundrechte*, Jura, 1996.
- FINGER, JULIO CESAR, *Constituição e Direito Privado: algumas notas sobre a chamada constitucionalização do direito civil*, A Constituição concretizada – Construindo pontes entre o público e o privado (org. INGO WOLFGANG SARLET), Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2000.
- FRADA, MANUEL A. CARNEIRO DA, *Teoria da Confiança e Responsabilidade Civil*, Coimbra, Almedina, 2007 (reimpressão).
- Nos 40 anos do Código Civil Português – Tutela da personalidade e dano existencial*, Themis, RFDUNL, 2008.
- GILISSEN, JOHN, *Introdução Histórica ao Direito*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 5ª edição, 2007 (tradução portuguesa por A. M. Botelho Espanha e L. M. Macaísta Malheiros).
- GUICHARD, RAÚL, «*Desenvolvimento de um sistema móvel no Direito Civil*». (Apresentação da tradução), Direito e justiça, Volume XIV, Tomo 3, 2000.
- GUIMARÃES, MARIA RAQUEL, *A compra e venda “transnacional” de bens de consumo. Algumas reflexões sobre as iminentes novidades legislativas* (Some reflections on the forthcoming European Diplomas on consumer sales of goods), Revista eletrónica de Direito – JUNHO 2013 – Nº 1.
- HART, HERBERT, *O Conceito de Direito*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 5ª edição, 2007 (tradução portuguesa por A. Ribeiro Mendes).
- HECK, PHILIPP, *Begriffsbildung und Interessenjurisprudenz*, Tübingen, 1932.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Das Problem der Rechtsgewinnung*, 2ª edição, Tübingen, 1932.
Interpretação da lei e jurisprudência dos interesses (tradução portuguesa por José Osório. - Coimbra : Arménio Amado, editor, 1947).
- LARENZ, KARL, *Metodologia da Ciência do Direito*, 6ª edição portuguesa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2012 (tradução da 6ª edição alemã, reformulada, de 1991, por José Lamego).
- LANDO, OLE/BEALE, HUGH (orgs.), *Principles of European Contract Law, Parts I and II, prepared by the Comission on European Contract Law*, The Hague/Boston, Kluwer, 2000.
- MACHADO, JOÃO BAPTISTA, *Tutela da confiança e "venire contra factum proprium"*, RLJ, Anos 117º - 118º (1984-1986).
- MARQUES, JOSÉ DIAS, *Introdução ao Estudo do Direito*, 2ª edição, Lisboa, 1994.
- MIRANDA, JORGE/MEDEIROS, RUI, *Constituição Portuguesa Anotada*, Coimbra, Coimbra Editora, 2010.
- MIRANDA, JORGE, *Manual de Direito Constitucional*, Tomo IV – *Direitos Fundamentais*, 4ª edição, 2008.
Manual de Direito Constitucional, Tomo III – *Estrutura constitucional do Estado*, 5ª edição, Coimbra Editora, 2004.
A abertura constitucional a novos direitos fundamentais, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Manuel Gomes da Silva, Lisboa, 2001.
- NEVES, ANTÓNIO CASTANHEIRA, *Digesta: escritos acerca do direito, do pensamento jurídico, da sua metodologia e outros*, Volumes I, II e III, Coimbra, Coimbra Editora, 1995-2008.
- NEUNER, JÖRG, *A influência dos direitos fundamentais no Direito privado alemão*, in *Direitos Fundamentais e Direito Privado – Uma perspectiva de Direito Comparado* (organizadores: António Pinto Monteiro, Jörg Neuner e Ingo Wolfgang Sarlet), Coimbra, Almedina, 2007.
- NIPPERDEY, HANS CARL, *Grundrecht e Privatrecht*, FS für Erich Molitor zum 75. Geburtstag, Munique, 1962.
- OLIVEIRA, NUNO MANUEL PINTO DE, *O direito geral de personalidade e a "solução do dissentimento": Ensaio sobre um caso de "constitucionalização" do direito civil*, Coimbra, Coimbra Editora, 2002.
- PINTO, CARLOS MOTA, *Teoria Geral do Direito Civil*, Coimbra Editora, 4ª edição (PINTO MONTEIRO/PAULO MOTA PINTO), 2005.
- PINTO, PAULO MOTA, *A influência dos direitos fundamentais sobre o direito privado português*, in *Direitos Fundamentais e Direito Privado – Uma perspectiva de Direito Comparado* (organizadores: António Pinto Monteiro, Jörg Neuner e Ingo Wolfgang Sarlet), Coimbra, Almedina, 2007.
Notas sobre o direito ao livre desenvolvimento da personalidade e os direitos de personalidade no direito português, A Constituição concretizada – Construindo pontes entre o público e o privado (org. INGO WOLFGANG SARLET), Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2000.
O direito ao livre desenvolvimento da personalidade, BFD, 1999, Portugal – Brasil 2000, Coimbra Editora.
- RAWLS, JOHN, *Uma Teoria da Justiça*, (tradução portuguesa por Carlos Pinto Correia), Lisboa, Presença, 1993
- SARLET, INGO WOLFGANG, *Direitos fundamentais e Direito Privado: algumas considerações em torno da vinculação dos particulares aos direitos fundamentais – A Constituição concretizada – Construindo pontes entre o público e o privado* (org. INGO WOLFGANG SARLET), Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2000.
- SILVA, VASCO PEREIRA DA, *A vinculação das entidades privadas pelos direitos, liberdades e garantias*, RDES, 1987.
- SOUSA, MIGUEL TEIXEIRA DE, *Introdução ao Direito*, Coimbra, Almedina, 2012.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

SOUSA, RABINDRANATH V. A. CAPELO DE, *O direito geral de personalidade*, Coimbra, Coimbra Editora, 1995.

TELES, MIGUEL GALVÃO, *Direitos absolutos e relativos*, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Joaquim Moreira Silva Cunha, FDUL, Coimbra Editora, 2005.

WIEACKER, FRANZ, *História do Direito Privado Moderno*, 3ª edição portuguesa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1980 (tradução da 2ª edição alemã, revista, de 1967, por A. M. Botelho Espanha).

WILBURG, WALTER, *Entwicklung eines beweglichen Systems im bürgerlichen Recht*, Graz, 1950.

LEGAL TEXTS AND COLLECTIONS.
LEGAL ACADEMIC PROJECTS

OHADA – Tratado, Regulamentos e Actos Uniformes, M. Januário da Costa Gomes/Rui Ataíde, Almedina, Lisboa, 2008

Princípios de Direito Europeu da Responsabilidade Civil, <http://www.egtl.org>

Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a um direito europeu comum da compra e venda (Com (2011), 635 final), http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/mhb_MA_21196.pdf

Study Group on a European Civil Code/Research Group on EC Private Law (Acquis Group), orgs., *Draft Common Frame of Reference (DCFR)*, full edition (6 vols.) e outline edition, *Principles, Definitions and Model Rules of European Private Law*, Sellier, 2009, http://ec.europa.eu/justice/policies/civil/docs/dcfr_outline_edition_en.pdf

The Principles of European contract law,

http://frontpage.cbs.dk/law/commission_on_european_contract_law/PECL%20engelsk/engelsk_partI_og_II.htm

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.